



DIREITO CONSTITUCIONAL

1) O constitucionalismo e a Modernidade: Estado de Direito; Estado Liberal, Estado Social; Estado Democrático de Direito; procedimentalismo e substancialismo; pós-modernidade; neoconstitucionalismo; pós-positivismo.	1
2) Direito constitucional. 2.1 Natureza, conceito e objeto. 2.2 Perspectiva sociológica. 2.3 Perspectiva política. 2.4 Perspectiva jurídica. 2.5 Fontes formais. 2.6 Concepção positiva. ..	11
3) Constituição. 3.1 Sentidos sociológico, político e jurídico; conceito, objetos e elementos. 3.2 Classificações das constituições. 3.3 Normas constitucionais.	14
4) Hermenêutica constitucional. 4.1 O positivismo jurídico. 4.2 O movimento pós-positivista. 4.3 Técnicas de interpretação: interpretação conforme à constituição, declaração parcial de nulidade sem redução de texto; declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade; declaração de inconstitucionalidade progressiva no tempo; declaração de inconstitucionalidade circunstancial; declaração de lei ainda inconstitucional; apelo ao legislador; inconstitucionalidade por arrastamento; princípio da proporcionalidade; princípio da justeza ou conformidade funcional; princípio do efeito integrador; princípio da unidade da constituição; princípio da concordância prática ou harmonização; teoria dos poderes implícitos; sentença de aviso; mutação constitucional. 4.4 A sociedade aberta de intérpretes da Constituição. 4.5 O direito como integridade.	27
5) Poder constituinte: fundamentos do poder constituinte; poder constituinte originário e derivado; reforma e revisão constitucionais; limitação do poder de revisão; emendas à Constituição.	44
6) Direito constitucional intertemporal: teoria da recepção, prorrogação constitucional, repristinação constitucional, desconstitucionalização e retroatividade da norma constitucional.	59
7) Controle de constitucionalidade. 7.1 Conceito e sistemas de controle de constitucionalidade. 7.2 Inconstitucionalidade: por ação e por omissão. 7.3 Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade. 7.4 Controle de constitucionalidade estadual.	64
8) Súmula vinculante e a Lei nº 11.417/06. 8.1 Overruling, distinguishing e overriding. 8.2 Súmulas vinculantes aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal.	75
9) Fundamentos constitucionais dos direitos e deveres fundamentais. 9.1 Teoria geral dos direitos fundamentais. 9.2 Direitos e deveres individuais e coletivos. 9.3 Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. 9.4 Direitos sociais, nacionalidade, cidadania e direitos políticos. 9.5 Partidos políticos. 9.6 Garantias constitucionais individuais. 9.7 Garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos. 9.8 Remédios do direito constitucional.	81
10) Poder Legislativo: fundamento, atribuições e garantias de independência. 11) Processo legislativo: fundamento e garantias de independência, conceito, objetos, atos e procedimentos.	141
12) Poder Executivo. 12.1 Forma e sistema de governo. 12.2 Chefia de Estado e chefia de governo. 12.3 Atribuições e responsabilidades do presidente da República.	176
13) Poder Judiciário. 13.1 Disposições gerais. 13.2 Supremo Tribunal Federal. 13.3 Superior Tribunal de Justiça 13.4 Tribunais regionais federais e juízes federais. 13.5 Tribunais e juízes dos estados.	191
13.6 Funções essenciais à justiça.	211
14) Defesa do Estado e das instituições democráticas. 14.1 Segurança pública. 14.2 Organização da segurança pública.	227
15) Ordem social. 15.1 Base e objetivos da ordem social. 15.2 Seguridade social. 15.3 Educação, cultura e desporto. 15.4 Ciência e tecnologia. 15.5 Comunicação social. 15.6 Meio ambiente. 15.7 Família, criança, adolescente e idoso. 15.8 Índios.	232

SUMÁRIO



DIREITO ADMINISTRATIVO

1) Introdução ao direito administrativo. 1.1 Os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo. 1.2 Objeto do direito administrativo. 1.3 Fontes do direito administrativo. 1.4 Regime jurídico-administrativo: princípios do direito administrativo.	1
1.5 Princípios da administração pública.	11
2) Administração pública. 2.1 Conceito de administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material.	20
2.2 Órgão público: conceito e classificação.	26
2.3 Servidor: cargo e funções. 2.4 Atribuições.	34
2.5 Competência administrativa: conceito e critérios de distribuição. 2.6 Avocação e delegação de competência. 2.7 Ausência de competência: agente de fato.	37
2.8 Administração direta e indireta. 2.9 Autarquias. 2.10 Fundações públicas. 2.11 Empresas públicas e privadas. 2.12 Sociedades de economia mista. 2.13 Entidades paraestatais. 2.14 Dispositivos pertinentes contidos na Constituição Federal de 1988.	41
3) Atos administrativos. 3.1 Conceitos, requisitos, elementos, pressupostos e classificação. 3.2 Fato e ato administrativo. 3.3 Atos administrativos em espécie. 3.4 Parecer: responsabilidade do emissor do parecer. 3.5 O silêncio no direito administrativo. 3.6 Cassação. 3.7 Revogação e anulação.	63
3.8 Processo administrativo. 3.9 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações.	83
3.10 Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos. 3.11 Formação do ato administrativo: elementos, procedimento administrativo. 3.12 Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo. 3.13 Atos administrativos simples, complexos e compostos. 3.14 Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. 3.15 Atos administrativos gerais e individuais. 3.16 Atos administrativos vinculados e discricionários. 3.17 Mérito do ato administrativo, discricionariedade. 3.18 Ato administrativo inexistente. 3.19 Teoria das nulidades no direito administrativo. 3.20 Atos administrativos nulos e anuláveis. 3.21 Vícios do ato administrativo. 3.22 Teoria dos motivos determinantes. 3.23 Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo.	104
4) Poderes da Administração Pública. 4.1 Hierarquia: poder hierárquico e suas manifestações. 4.2 Poder disciplinar. 4.3 Poder de polícia. 4.4 Polícia judiciária e polícia administrativa. 4.5 Liberdades públicas e poder de polícia. 4.6 Principais setores de atuação da polícia administrativa.	104
5) Serviços públicos. 5.1 Concessão, permissão, autorização e delegação. 5.2 Serviços delegados. 5.3 Convênios e consórcios. 5.4 Conceito de serviço público. 5.5 Caracteres jurídicos. 5.6 Classificação e garantias. 5.7 Usuário do serviço público. 5.8 Extinção da concessão de serviço público e reversão dos bens. 5.9 Permissão e autorização.	111
6) Intervenção no domínio econômico: desapropriação.	123
7) Licitações. 7.1 Conceito, finalidades, princípios e objeto. 7.2 Obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedação. 7.3 Modalidades. 7.4 Procedimento, revogação e anulação. 7.5 Sanções penais. 7.6 Normas gerais de licitação. 7.7 Legislação pertinente: Lei nº 8.666/1993 e suas alterações;	129
Lei nº 10.520/2002, bem como demais disposições normativas relativas ao pregão;	212
7.8 Sistema de registro de preços.	221
8) Contratos administrativos. 8.1 Conceito, peculiaridades e interpretação. 8.2 Formalização. 8.3 Execução, inexecução, revisão e rescisão. 8.4 Convênios e consórcios administrativos.	234
9) Controle da administração pública. 9.1 Conceito, tipos e formas de controle. 9.2 Controle interno e externo. 9.3 Controle parlamentar. 9.4 Controle pelos tribunais de contas. 9.5 Controle administrativo. 9.6 Recurso de administração.	234
9.7 Reclamação. 9.8 Sistemas de controle jurisdicional da administração pública: contencioso administrativo e sistema da jurisdição una. 9.9 Controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro.	244
9.10 Controle da atividade financeira do Estado: espécies e sistemas. 9.11 Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio.	246

SUMÁRIO



9.12 Prescrição administrativa.	248
9.13 Representação e reclamação administrativas.	250
10) Agentes públicos e servidores públicos. 10.1 Agentes públicos (servidor público e funcionário público). 10.2 Natureza jurídica da relação de emprego público. 10.3 Preceitos constitucionais. 10.4 Servidor efetivo e vitalício: garantias. 10.5 Estágio probatório. 10.6 Servidor ocupante de cargo em comissão. 10.7 Regime disciplinar e processo administrativo-disciplinar.	253
10.8. Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal).....	271
10.9 Formas de provimento e vacância dos cargos públicos. 10.10 Exigência constitucional de concurso público para investidura em cargo ou emprego público.	298
11) Bens públicos. 11.1 Classificação e caracteres jurídicos. 11.2 Natureza jurídica do domínio público. 11.3 Domínio público terrestre: evolução do regime jurídico das terras públicas (urbanas e rurais) no Brasil. 11.4 Terras devolutas. 11.5 Vias públicas, cemitérios públicos e portos. 11.6 Utilização dos bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso, ocupação, aforamento, concessão de domínio pleno. 11.7 Limitações administrativas. 11.8 Zoneamento. 11.9 Polícia edilícia. 11.10 Zonas fortificadas e de fronteira. 11.11 Florestas. 11.12 Tombamento. 11.13 Servidões administrativas. 11.14 Requisição da propriedade privada. 11.15 Ocupação temporária.	298
12) Responsabilidade civil do Estado. 12.1 Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública: evolução histórica e fundamentos jurídicos. 12.2 Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado. 12.3 Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública no direito brasileiro.	314
13) Lei nº 8.429/92 e suas alterações (Improbidade Administrativa)	327

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

1) Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis do Estado do Espírito Santo na Lei Complementar nº 46/94.	1
2) Código de Ética Policial (art. 3º), Prerrogativas (art. 62), Hierarquia Policial Civil (art. 179 a 182) e Regime Disciplinar (art. 183 a 239) na Lei nº 3400/1981 (Estatuto dos Policiais Civis do Estado do Espírito Santo.	45
3) Segurança Pública na Constituição do Estado do Espírito Santo (artigos 125 a 129).....	56

DIREITO PENAL

1) Introdução ao direito penal. 1.1 Conceito, caracteres e função do direito penal.1.2 Princípios básicos do direito penal. 1.3 Relações com outros ramos do direito.1.4 Direito penal e política criminal.	1
2) A lei penal. 2.1 Características, fontes, interpretação, vigência e aplicação. 2.2 Lei penal no tempo e no espaço.	15
2.3 Imunidade.	34
2.4 Condições de punibilidade.	39
2.5 Concurso aparente de normas.	48
3) Teoria geral do crime. 3.1 Conceito, objeto, sujeitos, conduta, tipicidade, culpabilidade.3.2 Bem jurídico.	51
3.3 Tempo e lugar do crime.	64
3.4 Punibilidade.	64
3.5 Concurso de crimes e crime continuado.	64
4) Teoria do tipo. 4.1 Crime doloso e crime culposos. 4.2 Crime qualificado pelo resultado e crime preterdoloso.	69
4.3 Erro de tipo.	77



4.4 Classificação jurídica dos crimes. 4.5 Crimes comissivos e omissivos. 4.6 Crimes de dano e de perigo.	81
4.7 Punibilidade: causas de extinção da punibilidade.	84
4.8 Iter criminis.	84
4.9 Consumação e tentativa. 4.10 Desistência voluntária e arrependimento eficaz. 4.11 Arrependimento posterior. 4.12 Crime impossível.	86
5) Ilícitude. 5.1 Causas de exclusão da ilicitude: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito.	92
6) Teoria geral da culpabilidade. 6.1 Fundamentos, conceito, elementos e conteúdo. 6.2 Princípio de culpabilidade. 6.3 Culpabilidade e pena. 6.4 Causas de exclusão da culpabilidade. 6.5 Imputabilidade. 6.6 Erro de proibição.	99
7) Concurso de agentes: autoria e participação;	110
Conduta delituosa; resultado; relação de causalidade; imputação.	116
8) Teoria geral da pena. 8.1 Cominação das penas. 8.2 Penas privativas de liberdade. 8.3 Penas restritivas de direitos. 8.4 Regimes de pena. 8.5 Pena pecuniária. 8.6 Medidas de segurança. 8.7 Aplicação da pena. 8.8 Elementares e circunstâncias. 8.9 Causas de aumento e de diminuição das penas. 8.10 Fins da pena.	117
8.11 Livramento condicional e suspensão condicional da pena.	143
8.12 Efeitos da condenação.	151
8.13 Execução penal.	155
9) Extinção da punibilidade. 9.1 Conceito, causas gerais e específicas, momentos de ocorrência. 9.2 Prescrição: conceito, teorias, prazos para o cálculo da prescrição, termos iniciais, causas suspensivas ou impeditivas, causas interruptivas.	155
10) Crimes. 10.1 Crimes contra a pessoa.	155
10.2 Crimes contra o patrimônio.	194
10.3 Crimes contra a propriedade imaterial. 10.4 Crimes contra a propriedade intelectual.	230
10.5 Crimes contra a organização do trabalho.	233
10.6 Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.	239
10.7 Crimes contra a dignidade sexual.	243
10.8 Crimes contra a família.	265
10.9 Crimes contra a incolumidade pública.	274
10.10 Crimes contra a paz pública.	297
10.11 Crimes contra a fé pública.	302
10.12 Crimes contra a administração pública. 10.13 Crimes contra as finanças públicas.	323
10.14 Lei nº 11.343/2006 e suas alterações (Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes).	368
10.15 Lei nº 12.850/2013 e suas alterações (Crime organizado).	385
10.16 Crimes no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97).	401
10.17 Lei nº 8.137/1990 e suas alterações (Crimes contra a ordem econômica e tributária e as relações de consumo).	407
10.18 Lei nº 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de dinheiro).	411
10.19 Lei nº 8.176/1991 (Crimes contra a ordem econômica).	422
10.20 Lei nº 8.072/1990 e suas alterações (Crimes hediondos).	424
10.21 Lei nº 7.716/1989 e suas alterações (Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor).	429
10.22 Lei nº 9.455/1997 e suas alterações (Crimes de tortura).	432
10.23 Lei nº 9.605/1998 e suas alterações (Crimes contra o meio ambiente).	439
10.24 Crimes de responsabilidade (Decreto-Lei nº 201/1967 e suas alterações, Lei nº 1.079/1950 e suas alterações e Lei nº 8.176/1991).	454
10.25 Lei nº 11.101/2005 e suas alterações (Crimes falimentares).	473
10.26 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações (Crimes nas licitações e contratos da administração pública).	516
11) Lei nº 4.898/1965 e suas alterações (Direito de representação e processo de responsabilidade administrativa, civil e penal nos casos de abuso de autoridade).	516
12) Lei nº 10.826/2003 e suas alterações (Estatuto do desarmamento).	521



13) Lei nº 5.553/1968 e suas alterações (Apresentação e uso de documento de identificação pessoal).	536
14) Lei nº 8.078/1990 e suas alterações (Código de proteção e defesa do consumidor).	539
15) Terrorismo (Lei nº 13.260/16)	561
16) Crimes na Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente).	565
17) Lei nº 9.296/1996 (Interceptação telefônica).	565
18) Lei nº 12.037/2009 e suas alterações.	570
19) Lei nº 4.737/1965 e suas alterações (Código Eleitoral).	573
20) Estatuto do Torcedor (Lei nº 10.671/03).	642
21) Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei nº 11.340/06).	664
22) Lei nº 9.099/1995 e suas alterações (Juizados especiais criminais).	666
23) Lei nº 13.146/2015 e suas alterações (Crimes previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência).	673
24) Lei 10.741/2003 e suas alterações (Crimes cometidos contra idosos).	674
25) Decreto-Lei nº 3.688/41 e suas alterações (Lei das Contravenções Penais)	679

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1) Direto processual penal. 1.1 Princípios gerais, conceito, finalidade, características.	1
1.2 Fontes. 1.3 Lei processual penal: fontes, eficácia, interpretação, analogia, imunidades.	
1.4 Sistemas de processo penal.	8
2) Inquérito policial. 2.1 Histórico. 2.2 Conceito e finalidade. 2.3 Características: administrativo, dispensável, forma escrita, o caráter sigiloso e o acesso do advogado ao inquérito policial à luz da Lei nº 8.906/94 com suas alterações, o caráter inquisitivo e a atuação do advogado no inquérito policial à luz da Lei nº 8.906/94 com suas alterações, indisponível, oficial, oficiosidade, temporalidade, discricionário, informativo e sistemático. 2.4 Formas de instauração e a notitia criminis: ação penal pública incondicionada, ação penal pública condicionada e ação penal privada natureza; conceito; finalidade; características. 2.5 Procedimento do inquérito policial: liberdade procedimental, prazos para a conclusão do inquérito, relatório conclusivo e destinatários dos autos de inquérito. 2.6 Arquivamento do inquérito policial 2.7 Elementos de informação no inquérito policial e grau de cognição. 2.8 Condução coercitiva. 2.9 Indiciamento. 2.10 Identificação criminal (Lei nº 12.037/09). 2.11 Inquérito policial e foro por prerrogativa de função. 2.12 Lei 12830/2013. 2.13 Investigação particular e a lei 13.432/17.	15
3) Jurisdição; competência; conexão e continência; prevenção; questões e procedimentos incidentes. 3.1 Competência da justiça federal, dos Tribunais, do STJ e do STF, conflito de competência.	28
4) Processo criminal: finalidade, pressupostos e sistemas.	63
5) Ação penal. 5.1 Conceito, características, espécies e condições. 5.2 Sujeitos do processo: juiz, Ministério Público, acusado e seu defensor, assistente, curador do réu menor, auxiliares da justiça, assistentes, peritos e intérpretes, serventuários da justiça, impedimentos e suspeições. 6) Dos Juizados especiais criminais. 6.1 Termo circunstanciado de ocorrência; atos processuais; forma, lugar e tempo.	66
7) Provas. 7.1 Conceito, objeto, classificação e sistemas de avaliação. 7.2 Princípios gerais da prova, procedimento probatório. 7.3 Valoração. 7.4 Ônus da prova. 7.5 Provas ilícitas. 7.6 Meios de prova: perícias, interrogatório, confissão, testemunhas, reconhecimento de pessoas e coisas, acareação, documentos, indícios. 7.7 Busca e apreensão: pessoal, domiciliar, requisitos, restrições, horários.	111
8) Prisão. 8.1 Conceito, espécies, mandado de prisão e cumprimento. 8.2 Prisão em flagrante. 8.3 Prisão temporária. 8.4 Prisão preventiva. 8.5 Princípio da necessidade, prisão especial, liberdade provisória. 8.6 Fiança.	138

SUMÁRIO



9) Sentença criminal. 9.1 Juiz, Ministério Público, acusado e defensor, assistentes e auxiliares da justiça. 9.2 Citação, intimação, interdição de direito. 9.3 Processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. 9.4 Sentença: coisa julgada, habeas corpus, mandado de segurança em matéria criminal.	159
10) Processo criminal de crimes comuns.	187
10.1 Lei nº 11.343/2006 e suas alterações (Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes). 10.2 Lei nº 12.850/2013 e suas alterações (Crime organizado). 10.3 Lei nº Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei nº 11.340/06). 10.4 Lei nº 8.137/1990 e suas alterações (Crimes contra a ordem econômica e tributária e as relações de consumo). 10.5 Lei nº 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de dinheiro). 10.6 Lei nº 8.072/1990 e suas alterações (Crimes hediondos). 10.7 Lei nº 7.716/1989 e suas alterações (Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor). 10.8 Lei nº 9.455/1997 e suas alterações (Crimes de tortura). 10.9 Lei nº 9.605/1998 e suas alterações (Crimes contra o meio ambiente). 10.10 Crimes de responsabilidade (Decreto-Lei nº 201/1967 e suas alterações, Lei nº 1.079/1950 e suas alterações e Lei nº 8.176/1991). 10.11 Lei nº 11.101/2005 e suas alterações (Crimes falimentares). 10.12 Lei nº 12.037/2009 e suas alterações. 11) Lei nº 9.296/1996 (Interceptação telefônica). 12) Lei nº 4.898/1965 e suas alterações (Direito de representação e processo de responsabilidade administrativa civil e penal nos casos de abuso de autoridade).	196
13) Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente).	196
14) Lei nº 4.737/1965 e suas alterações (Código Eleitoral).	288
15) Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (Execução Penal).	288
16) Lei nº 9.099/1995 e suas alterações (Juizados especiais criminais).	333
17) Lei nº 12.830/2013.	333

DIREITO CIVIL

1) Das normas gerais do direito brasileiro. Interpretação da norma jurídica e princípios do direito civil. Direito subjetivo e potestativo. Direitos imprescritíveis. Lesão de direito. Relação jurídica. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.	1
2) Das pessoas. 2.1. Pessoa Natural. Da personalidade e da capacidade. Dos direitos da personalidade. Da ausência. Da curadoria dos bens do ausente. Da sucessão provisória. Da sucessão definitiva.	18
2.2. Pessoa jurídica. Disposições gerais. Das associações. Das fundações.	37
3) Do domicílio. 3.1. Domicílio da pessoa natural. 3.2. Domicílio da pessoa jurídica. 3.3. Domicílio do incapaz, do servidor público, do militar, do marítimo e do preso.	47
4) Dos bens. 4.1. Bens considerados em si mesmo. Móveis e imóveis. Fungíveis e consumíveis. Divisíveis. Singulares e coletivos. 4.2. Bens reciprocamente considerados. Principais e acessórios. Benfeitorias e sua classificação. 4.3. Bens públicos. Distinção dos particulares. Classificação.	51
5) Dos fatos jurídicos. 5.1. Negócio jurídico. Disposições gerais. Requisitos de validade, forma, modo de interpretação e boa-fé. 5.2. Representação. 5.3. Condição, termo e encargo. 5.4. Defeitos. Erro substancial. Dolo. Coação. Estado de perigo. Lesão. Fraude contra credores. Características e consequências. 5.5. Invalidade do negócio jurídico. Negócio nulo. Condições de nulidade. Simulação. Negócio anulável. Condições de anulabilidade. Convalidação. Requisitos. Decadência. Prazo. 5.6. Prova dos fatos jurídicos. 6) Dos atos jurídicos lícitos e dos atos ilícitos. 6.1. Requisitos de configuração do ato ilícito. 6.2. Excludentes do ato ilícito.	61
7) Da prescrição e da decadência. 7.1. Conceitos. Tratamento dispensado pelo atual Código Civil. Disposições gerais da prescrição e da decadência. Suspensão e Interrupção. Prazos.	85
8) Das obrigações. 8.1. Modalidades. Obrigações de dar. Obrigações de fazer e não fazer. Obrigações alternativas, divisíveis e indivisíveis. Obrigações solidárias. Solidariedade ativa e passiva.	93
8.2. Transmissão das obrigações.	108
8.3. Adimplemento, inadimplemento e extinção das obrigações.	113

SUMÁRIO



9) Da responsabilidade civil. 9.1. Obrigação de indenizar. Elementos essenciais à responsabilidade civil. 9.2. Responsabilidade sem culpa e atividades perigosas. 9.3. Responsabilidade civil por ato ou fato de terceiro. 9.4. Indenização.	132
---	-----

DIREITOS HUMANOS

1) Teoria geral dos direitos humanos: conceito; terminologia; eficácia vertical e eficácia horizontal; características; gerações de direitos.	1
2) Afirmação histórica dos direitos humanos.	6
3) Direitos humanos e responsabilidade do Estado.	12
4) Direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro e na Constituição Federal de 1988.	16
4.1 Natureza jurídica dos tratados internacionais de direitos humanos. 4.2 Controle de convencionalidade	16
5) Interpretação e aplicação dos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos.	26
6) Sistemas de proteção dos direitos humanos. 6.1 Sistema global de proteção aos direitos humanos. 6.2 Sistema interamericano de proteção aos direitos humanos.	33
7) Declaração Universal dos Direitos Humanos (Resolução nº 217A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948).	38
8) Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991).	50
9) Lei 13.060/2014.	64
10) Resolução da ONU nº 34/169 de 1979 – Código de Conduta para Policiais.	69
11) Manual de Formação em Direitos Humanos para as Forças Policiais da ONU.	71
12) Pacto de São José da Costa Rica.	278

MEDICINA LEGAL

1) Conceitos importâncias e divisões da Medicina Legal. Corpo de Delito, perícia e peritos em Medicina Legal.	1
2) Documentos Médico-Legais.	25
3) Principais métodos de identificação.	34
4) Lesões e mortes por ação contundente, por armas brancas e por projéteis de arma de fogo comuns e de alta energia.	71
5) Conceito e diagnóstico da morte. Fenômenos cadavéricos. Cronotanatognose. Exumação. Morte súbita e morte suspeita.	115
6) Exame de locais de crime.	134
Aspectos médico-legais das toxicomanias e da embriaguez.	137
Lesões e morte por ação térmica, por ação elétrica, por baropatias e por ação química.	158
7) Aspectos medicolegais dos crimes contra a liberdade sexual.	158
8) Asfixias por constrição cervical, por sufocação, por restrição aos movimentos do tórax e por modificações do meio ambiente.	179
9) Aspectos médico-legais do aborto, infanticídio e abandono de recém-nascido.	196
10) Modificadores e avaliação pericial da imputabilidade penal e da capacidade civil. Doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado, perturbação mental.	210
11) Aspectos médico-legais das lesões corporais.	217

SUMÁRIO



CRIMINOLOGIA

1) Criminologia. 1.1. Conceito. 1.2. Métodos: empirismo e interdisciplinaridade. 1.3. Objetos da criminologia: delito, delinquente, vítima, controle social.	1
2) Funções da criminologia. 2.1. Relações entre criminologia, política criminal e direito penal.	9
3) Modelos teóricos da criminologia. 3.1. Teorias sociológicas. 3.2. Prevenção da infração penal no Estado democrático de direito. 3.3. Prevenção primária. 3.4. Prevenção secundária. 3.5. Prevenção terciária. 3.6. Modelos de reação ao crime.	13
4) Criminologia Cultural.	32
5) Criminologia Ambiental.	34

SUMÁRIO